



Concepção de educação de *think tanks* liberais no Brasil e governamentalidade neoliberal

DOI: <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v33i2e59993>

Autoras: **Neide César Vargas** é professora titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pesquisadora do Grupo Federalismo e Políticas Educacionais – Programa de Pós-Graduação em Educação (UFES) e **Rosa Maria Marques é** (PUC-SP) é professora titular do curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Resumo

Analisa a atuação do Instituto von Mises Brasil e do Instituto Rothbard na conformação de uma governamentalidade neoliberal no Brasil, contribuindo para a internalização, nas instituições e subjetividades, de uma concepção de educação ultraliberal. É um estudo bibliográfico e documental que insere esses *think tanks* nos processos históricos mundiais e nacionais. O conceito de governamentalidade neoliberal de Dardot e Laval (2016) e sua extensão efetuada por Brown (2019), complementada com o uso crítico de Mises, Hayek e Rothbard, são os filtros utilizados. As principais conclusões indicam que a atuação dessas organizações e sua concepção de educação são parte de um movimento mais global de reação ideológica à crise financeira de 2008 bem como um desdobramento da atuação da nova direita no Brasil. Na educação, essa concepção envolve a desqualificação do ensino público e obrigatório, propondo uma educação centrada em estratégias de privatização extrema.

Palavras-chave: educação; governamentalidade neoliberal; privatização extrema; *thinks tanks* liberais; nova direita.

Abstract

This article aims to identify the activities of the von Mises Brasil Institute and the Rothbard Institute in the conformation of neoliberal rationality in Brazilian education, contributing to the internalization, in institutions and subjectivities, of a concept of ultraliberal education. It is a bibliographic and documentary study that inserts these think tanks in a historical processes and also is based on the concept of neoliberal governmentality by Brown (2019) and Dardot and Laval (2016), complemented with the critical use of Mises, Hayek and Rothbard, are the filters used. Its main conclusions indicate that the activities of these organizations and their conception of education are part of a more global movement of ideological reaction to the financial crisis of 2008 as well as an unfolding of the actions of the new right in Brazil. In education, it concludes that such rationality involves the centrality of families in decisions about education, with legitimization of extreme privatization strategies, disqualification of public and compulsory education proposing an education centered on extreme privatization strategies.



Keywords: education; neoliberal governmentality; extreme privatization; liberal think tanks; new right.

INTRODUÇÃO

Parece-nos possível a identificação de mecanismos específicos de propagação de uma racionalidade neoliberal pelo mundo e a hipótese mais geral que adotamos é de que os *think tanks* liberais são um deles. Nesse sentido, os *think tanks* liberais são pesquisados como um dos vários mecanismos que alimentam a conformação da governamentalidade neoliberal, atuando através da propagação da concepção liberal de Estado, de democracia e da crítica à intervenção estatal no âmbito das políticas sociais, da economia e dos valores tradicionais, num campo que os próprios neoliberais denominaram de batalha das ideias (MISES, 1962, pp. 507-510).

Adicionalmente, na linha de Dardot e Laval (2016) e de Brown (2019), partimos do pressuposto de que os diferentes mecanismos de propagação da governamentalidade neoliberal pelo mundo foram reforçados e diversificados desde a crise econômica de 2008. No caso dos *think tanks* liberais, houve uma estratégia ativa de expansão de seu número nos países e da sua agressividade. No Brasil, a propagação dessa racionalidade foi também condicionada pela conjuntura política que desembocou na eleição de Bolsonaro além de articular-se ao processo histórico progresso de configuração da Nova Direita, conforme tratado por Casimiro (2018).

A hipótese geral é aplicada, neste artigo, ao Instituto Mises Brasil e ao Instituto Rothbard, *think tanks* liberais ativistas que operam no Brasil, além de adotar como foco o campo da educação. Ela considera que essas organizações são mecanismos de manifestação da racionalidade neoliberal *in totum*, auxiliando na conformação de uma nova governamentalidade, influenciando o senso comum e contribuindo para a internalização, nas instituições e subjetividades, de uma dada concepção de mundo. Tal concepção se espalha desde o centro do capitalismo para os demais países, engendrando formas relativamente padronizadas em diferentes áreas, sendo a educação uma delas.



Utilizamos como metodologia um estudo bibliográfico e documental dos temas aqui tratados, complementado pela exploração de artigos jornalísticos sobre educação, publicados nesses dois *think tanks* liberais até novembro de 2020. O filtro analítico utilizado foi construído desdobrando-se, para o campo da educação, a abordagem de governamentalidade neoliberal de Dardot e Laval (2016) e de Brown (2019), complementada com o uso crítico de Mises, Hayek e Rothbard.

É relevante esclarecer que Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek são dois dos principais autores da Escola Austríaca de Economia, com importante contribuição na renovação do liberalismo clássico assentado no *laissez faire*. Eles teorizaram o neoliberalismo admitindo dada intervenção do Estado compatível com uma ordem liberal e, simultaneamente, combatendo as experiências coletivistas, o planejamento central, bem como as políticas de bem-estar social. Em conjunto com outros intelectuais liberais de destaque, esses autores fundaram, em 1947, a Sociedade *Mont Pèlerin*, organização internacional que definiu os princípios teóricos basilares do neoliberalismo. Mises nasceu no antigo império austro-húngaro, viveu entre 1881 e 1973, e seu livro de maior destaque é “Ação Humana” (1949), no qual sistematizou a sua teoria praxeológica, base para uma teorização de todo tipo de escolha humana, não apenas as escolhas econômicas. Talvez pelo tom ideológico mais incisivo, pela crítica à Escola Neoclássica de economia - corrente acadêmica hegemônica nesse campo -, bem como pela desqualificação que por vezes empreendeu à vida universitária, historicamente sempre teve maior penetração fora das universidades. Distintamente, Hayek, discípulo de Mises, nascido na Austria, viveu entre 1899 e 1992, é um autor com maior destaque face a sua densidade intelectual e inserção no debate acadêmico, prêmio Nobel de Economia em 1974. Sua obra mais conhecida é “O caminho da servidão” (1944), preocupada em discutir os riscos à liberdade individual do planejamento econômico central, mas aqui destacamos como relevante para entender a sua crítica ao Estado de bem-estar o livro “Os fundamentos da Liberdade”(1960). Por fim, Murray Newton Rothbard, é estadunidense, também discípulo de Mises, por tal razão geralmente considerado como um autor da Escola Austríaca. Viveu entre 1926 e 1995, buscou aplicar as ideias de Mises em diferentes campos, agregando a elas elementos do



Direito Natural, extraídos de autores liberais estadunidenses do século XIX, de orientação anarquista e individualista. Ele próprio definiu a sua posição como sendo anarcocapitalista, adotando um antiestatismo de fundo moral, melhor expresso no livro *The Ethics of Liberty* (1982).

Este artigo se divide em três partes: a primeira, situa as duas organizações em foco no contexto mundial e brasileiro; a segunda, discute os elementos mais gerais da governamentalidade neoliberal e como eles se desdobram para a educação; a última, busca paralelos entre a racionalidade neoliberal aplicada à educação e a concepção de educação do Instituto Mises Brasil e do Instituto Rothbard.

O INSTITUTO VON MISES E O INSTITUTO ROTHBARD NO CONTEXTO DOS THINK TANKS LIBERAIS NO BRASIL E NO MUNDO

O conceito mais geral de *think tanks* indica que são “instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2015, p. 262).

Um dos primeiros *think tank* liberais no mundo foi a *Foundation for Economic Education* (FEE), criada nos Estados Unidos da América (EUA), em 1946, idealizada pelo empresário Leonard Read e com o auxílio financeiro do *Volker Fund*. Até 1970, não chegavam a setenta organizações, momento a partir do qual sofreram um salto qualitativo e quantitativo, com o surgimento de *think tanks* liberais ativistas. Esses últimos são voltados para influenciar a opinião pública por meio de um perfil mais político do que técnico. Um exemplo desse tipo de organização é a *Heritage Foundation*, um *think tank* de grande influência, especialmente nos EUA, e cuja orientação visa “formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas na defesa da livre-empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos e da importância de uma forte defesa nacional” (ROCHA, 2018, p. 53).



Devemos pontuar que a propagação de *think tanks* liberais ativistas coincide com a emergência do neoliberalismo, sendo a década de 1980 outro marco importante, com a criação de uma organização estadunidense, atualmente denominada *Atlas Network*, voltada para coordenar *think tanks* liberais existentes e criar novos em diferentes países. Os orçamentos disponíveis para essas organizações são milionários, sendo os financiadores mais conhecidos os irmãos Koch, bilionários do ramo de petróleo, que se notabilizaram pelo apoio às maiores organizações pró-mercado bem como aos políticos e partidos de direita nos EUA (ROCHA, 2018, p. 56-57).

Essas organizações liberais, também de acordo com Rocha (2018, p. 51), assentam o seu ideário na Escola Austríaca, na Escola de Chicago, notadamente em Milton Friedman, bem como em autores e autoras que costumam se autodenominar de libertários, nas linhas do anarcocapitalismo (tais como Rothbard), do minarquismo e do objetivismo, essas três últimas vertentes caracterizadas pela defesa do livre mercado com base em fundamentos morais e filosóficos e num antiestatismo radical. O minarquismo se caracteriza por admitir que o Estado atue apenas na segurança pública, justiça, poder de polícia e na elaboração e aplicação das leis necessárias para o cumprimento dessas funções específicas; o objetivismo, criado pela libertária Ayn Rand, russa dissidente radicada nos EUA, defende um sistema social de prevalência plena dos direitos individuais, assentado na escolha do indivíduo e geralmente associado a uma perspectiva anarquista no que tange ao Estado.

O Brasil viveu a sua experiência com *think tanks* liberais a partir da década de 1980, e o processo histórico da organização desses é tratado por Casimiro (2018), evidenciando a sua estruturação e seu modo de operação desde a redemocratização do país. De acordo com o autor tal processo “reuniu setores da burguesia brasileira, insatisfeitos com a Nova república e os resultados das disputas na constituinte” (CASIMIRO, 2020, p. 85) e visava alterar a sua forma de atuar junto ao Estado e à sociedade brasileira.



Inicialmente, esse processo foi liderado por empresários ligados a grandes grupos econômicos, nacionais e internacionalizados, e alguns poucos intelectuais/empresários com orientação na Escola de Chicago e Austríaca. Em particular, o autor evidencia a atuação de organizações idealizadas por empresários e voltadas para a propagação do ideário liberal junto aos seus pares e aos formadores de opinião. Ele coloca em destaque o Instituto Liberal (IL), organização precursora fundada no Rio de Janeiro, em 1983, posteriormente se expandindo para São Paulo (SP), Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), Minas Gerais (MG), Distrito Federal (DF), Bahia (BA), Pernambuco (PE) e Ceará (CE), sendo os IL-RJ, IL-SP e IL-RS os mais ativos, com esse último se transformando no Instituto Liberdade.

De acordo com Friderichs (2020, p. 219) os ILs atuaram em duas frentes: a primeira, na tradução, edição e publicação de livros, revistas e panfletos liberais e na produção de materiais didáticos para empresários e formadores de opinião; a segunda, na organização de eventos direcionados a políticos, jornalistas, empresários, militares, professores universitários, e intelectuais de modo geral.

Outra organização de peso, destacada por Casemiro (2018), é o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), organização fechada, criada em 1984, voltada para a formação intelectual de jovens empresários no RS. Esse último instituto passou a organizar, desde 1988, o Fórum da Liberdade, importante evento anual, aberto aos não associados, e, desde então, tem funcionado como um catalizador das ideias e organizações liberais, no Brasil e na América Latina, auxiliando na ampliação da rede e arraigando o liberalismo junto ao empresariado e à segmentos da sociedade brasileira.

A concepção de educação dessas organizações precursoras, manifestas em estudos da década de 1990, é explicitada por Friderichs (2020) e, com base na síntese por ela elaborada das proposições de políticas dessas organizações, podemos constatar que se alinha à perspectiva de educação de Hayek e de Friedman, tendo um foco predominante no financiamento público da educação elementar por meio de vales (*vouchers*).



Retomando a evolução da rede de *think tanks* liberais no Brasil, Rocha (2017) destaca que ocorreu dado esvaziamento de suas atividades durante o governo de Fernando Henrique Cardoso por diferentes razões. Tanto Casimiro (2020) quanto Rocha (2018) evidenciam uma mudança a partir de meados da década dos 2000. Concordamos com Casimiro (2020) que tal mudança é um desdobramento do processo histórico de configuração da Nova Direita em curso desde os 1980²⁶. Não obstante, observamos, tal como evidencia Rocha (2018), que se tratou de um salto qualitativo, com o surgimento de uma nova safra de *think tanks* liberais ativistas e a disseminação de um novo discurso mais agressivo e extremista que perpassou, em diferentes medidas, toda a rede. Consideramos que essa mudança se manifestou no bojo de um movimento mais complexo de reorganização das classes dominantes no Brasil e no mundo. Em nível mundial traduziu uma frente de reação dessas classes à grave crise financeira de 2008, as quais, no campo ideológico, desencadearam uma ação mais incisiva por meio da expansão de *think tanks* liberais ativistas pelo mundo, dando maior eco às ideias libertárias de fundo ético e moral e até mesmo às ideias negacionistas, visando a reafirmação e a massificação do pensamento liberal. Houve, assim, um aumento expressivo do número *think tanks*, dentre eles também os *think tanks* liberais, sendo que, os primeiros, no caso brasileiro, mais do que dobraram, de 2008 até 2014, atingindo, em 2019, 103 organizações (Tabela 1).

Tabela 1 - Crescimento do número de *think tanks* no Brasil, EUA e no mundo - 2008/2014/2019

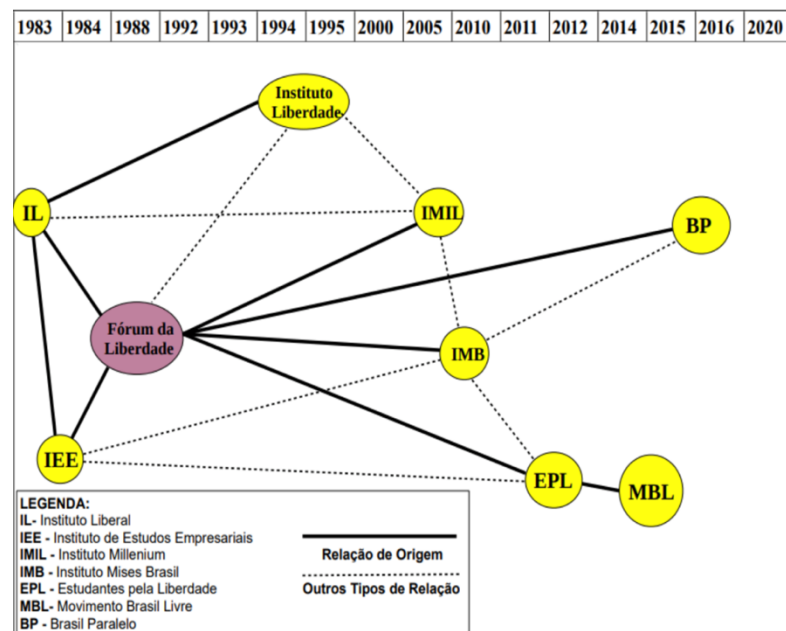
	Mundo		EUA		Brasil	
2008	5.465	-	1.777	-	39	-
2014	6.618	21%	1.830	3%	82	110%
2019	8.248	25%	1.871	2%	103	26%

Fonte: *Global To Go Think Tanks Index Report 2008, 2014, 2019*.

Nesse último movimento da rede de *think tanks* liberais no Brasil destacamos o aparecimento de novas organizações e a repaginação de algumas antigas, com a

²⁶ Casimiro é pesquisador das estratégias de atuação da burguesia brasileira, notabilizado por sua análise detalhada das organizações liberais no Brasil dos anos 1980 até 2014 (CASIMIRO, 2018), em parte atualizada em Casimiro (2020), texto que trata em maior detalhe do papel do Fórum da Liberdade na rede de organizações liberais no Brasil.

difusão de uma concepção de educação ainda mais extremada daquela que caracterizava as organizações precursoras. O Instituto Milenium (IMIL)²⁷, fundado em 2005 e lançado no Fórum da Liberdade em 2006, tem peso e influência sobre empresários e a mídia, reúne formadores de opinião e intelectuais de todo espectro da direita, produzindo conteúdos que alimentam todos os tipos de mídias. O Instituto Liberal do Rio de Janeiro, adicionalmente, conheceu, desde 2012, uma grande renovação de lideranças e reformulação. Mas os baluartes das perspectivas extremistas, assentados em abordagens de fundo ético, são o Instituto Mises Brasil (IMB)/Instituto Rothbard, bem como, em dada medida, o Estudantes pela Liberdade (EPL) - esse último em conjunto com o *Students for Liberty Brasil* (SFL Brasil) e o Movimento Brasil Livre (MBL) -, e, por fim, o Brasil Paralelo (BP). Notadamente as duas primeiras e as duas últimas organizações refletem melhor a ação política de uma nova geração de ativistas de direita no Brasil. O esquema que se segue ilustra bem as vinculações entre importantes *think tanks* liberais da rede que se ampliou no país, incorporando os novos aos antigos.



Fonte: Casimiro (2020, p. 89).

²⁷ Fundado pela economista Patrícia Carlos de Andrade, filha do jornalista Evandro Carlos de Andrade (ex diretor de redação de "O Globo", e ex diretor da Central Globo de Jornalismo). Agrega nomes como Judith Brito (Grupo Folha), João Roberto Marinho, Ali Kamel, Paulo Guedes, Gustavo Franco, Alexandre Schwartzman, Edmar Bacha, Armínio Fraga, Bolívar Lamounier, Jorge Gerdau Johannpeter, William Ling, Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo, etc.



O Instituto Mises Brasil (IMB) foi fundado em 2007, por Hélio Coutinho Beltrão, que é também um dos fundadores do Instituto Millenium e filho de Hélio Beltrão (ex-ministro da ditadura civil-militar), com o apoio dos irmãos Fernando Fiori Chiocca e Cristiano Fiori Chiocca. O IMB, lançado no Fórum da Liberdade em 2010, constituiu a primeira iniciativa bem sucedida no Brasil de um *think tank* liberal extremista, sendo adeptos de Mises e Rothbard e críticos do “marxismo cultural”. Em 2016, os irmãos Fiori Chiocca, ainda mais radicais e fundamentalistas, se retiraram do IMB e fundaram o Instituto Rothbard. As duas organizações se caracterizam como importantes fontes no país do pensamento que apresenta o liberalismo de um ponto de vista ético e moral, inserindo nele uma concepção de educação que até então era pouco conhecida no Brasil.

O Estudantes pela Liberdade (EPL) teve a sua influência notadamente no recrutamento e formação de lideranças universitárias, tendo as suas origens em segmentos de direita do movimento estudantil, que se articularam e se elegeram com bandeiras liberais para os diretórios centrais de importantes federais a partir de 2011 (GOBBI, 2016, p 11). Foi lançado no Fórum da Liberdade, em 2012, e funcionou como uma organização articuladora da direita jovem nos seus diferentes matizes (GOBBI, 2016, p. 47). Recebeu, no momento de sua consolidação, o apoio do *Students For Liberty* (SFL), que remunerava três de seus líderes (GOBBI, 2016, p. 61). O SFL é uma organização estadunidense, criada em 2008 sob o estímulo da *Atlas Network*, e que tem como principais doadores e parceiros várias instituições da rede financiada pelos Irmãos Koch (*Atlas Network, Institute for Humane Studies, Cato Institute, Charles Koch Institute, o fundo Donors Trust*) (GOBBI, 2016, p. 55). Além de seu trabalho nas universidades, o EPL manteve um projeto denominado Lideranças nas Escolas²⁸, voltado para formação de líderes estudantis no ensino fundamental e médio.

O EPL sempre afirmou ter autonomia frente ao SFL, a despeito dessa instituição ter organizado todas as suas conferências anuais entre 2012-2016. O EPL também manteve contatos estreitos com *think tanks* nacionais (especialmente o

²⁸ Para maiores informações ver: <https://liderancasnasescolas.org/>



Instituto Milenium e o IEE-RS) e internacionais (especialmente *Cato Institute* e *Atlas Network*, responsáveis por cursos de formação de seus líderes) (GOBBI, 2016). Na atualidade, o EPL perdeu fôlego e espaço para o *SFL* Brasil²⁹, esse sim diretamente ligado ao *SFL*. O *SFL* Brasil tem o mesmo perfil de colaboradores e participantes do EPL, realizando, desde 2017, um evento anual denominado Libertycon e também atuando no recrutamento e formação de estudantes, além da promoção de eventos³⁰. Seu espaço de recrutamento segue sendo as universidades e tem buscado, desde 2017, financiamento de fundos empresariais para apoiar chapas dos Diretórios Centrais de Estudantes e projetos de empreendedorismo para estudantes universitários³¹.

O Movimento Brasil Livre (MBL) surgiu da necessidade de participação política de lideranças do EPL, que tinham restrições de seus parceiros internacionais para esse tipo de ação. Seu ativismo político, de caráter regressivo, é voltado para o grande público, visando massificar as concepções liberais e liderar ações políticas de massas (MARTINS, 2018). O MBL apareceu no *Facebook* a partir das jornadas de junho de 2013, notabilizando-se, posteriormente, na luta pelo *impeachment* de Dilma Roussef (GOBBI, 2016, p 67-68). Inicialmente, o MBL declarava-se apartidário, mas passou a se articular de forma mais próxima com partidos de direita, lançando candidatos nas eleições de 2016, elegendo seis vereadores e um prefeito, e, em 2018, dois senadores e quatro deputados federais, além de deputados estaduais em estados importantes como SP, RS e MG. Em 2020 a informação disponível é que o MBL manteve sua estratégia política e elegeu três vereadores na capital paulista.

Por fim, o Brasil Paralelo é uma organização de doutrinação ideológica, de extrema direita e conservadora, criada em 2016, visando confrontar o que entende como sendo “marxismo cultural”, tendo sido lançada no Fórum da Liberdade em 2017. Ela empreende, por meio de vídeos postados num canal do *Youtube*, um

²⁹ Conforme <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2016/11/25/epl-nao-virou-sfl-brasil-diz-juliano-torres-em-nota-no-facebook/>.

³⁰ Site da organização: <https://studentsforliberty.org/brazil/>

³¹ Conforme <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/04/19/students-for-liberty-brasil-lancara-fundo-de-financiamento-coletivo-para-projetos/>



revisonismo histórico inspirado nas ideias de Olavo de Carvalho³², contando, em 2019, com mais de um milhão de inscritos (CASIMIRO, 2020, p. 97-98). Na interpretação de Casimiro (2020, p. 99) essa iniciativa visa justificar as “pautas reacionárias, antiprogressistas e autoritárias do presente” apresentadas pela Nova Direita.

É relevante pontuar que esse processo de reorganização política da direita no Brasil, por meio dessa rede de organizações liberais, é um importante determinante do antipetismo e do antiesquerdismo, sustentando o ultraliberalismo econômico e as pautas conservadoras bem como contribuindo para a eleição de Bolsonaro (ROCHA, 2018). De acordo com essa última autora, essas forças políticas foram amalgamadas politicamente, no âmbito do movimento *pró-impeachment*, embaladas pela crítica ao “marxismo cultural”, construção ideológica brasileira que reputa à esquerda todos os óbices vividos pelo país.

Casimiro esclarece que esse alinhamento da Nova Direita se deu, a partir de 2014, por meio de uma “estratégia política incisiva”, pautada num discurso “deliberadamente reacionário e violento”, numa “produção em massa de conteúdos compartilhados e replicados nos mais diferentes aparelhos, desdobrando-se na mídia de forma geral, em blogs e, mais recentemente, redes sociais e aplicativos móveis” numa forma “sofisticada, extremamente complexa, difusa e eficiente de produção de consenso” tendo o Fórum da Liberdade como um importante canal (CASIMIRO, 2020, p. 87). Com tal atuação, essa rede, que não é homogênea e comporta todo o espectro da direita brasileira, contribuiu decisivamente para o *impeachment* de Dilma Rousseff e, mais do que isso, para a reversão do país em direção ao ultraliberalismo e ao conservadorismo moral.

Muitos dos extremados profetas da liberdade que se levantaram são ligados ao IMB, adeptos de primeira hora à crítica do “marxismo cultural”, como é o caso de seu fundador, Hélio Coutinho Beltrão, que foi, junto com Olavo de Carvalho, um dos

³² Sobre Olavo de Carvalho e sua imagem pública ver Patschiki (2020). Casimiro também evidencia o papel de destaque de Olavo de Carvalho como referência intelectual de frações relevantes da nova direita brasileira com participação em eventos das organizações da rede (2020, p. 101-102).



precursores dessa ideologia no Brasil³³. O fundador do IMB é investidor, foi membro do conselho consultivo do Instituto Millenium bem como membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, e da Artesia Investimentos. Não obstante, devemos destacar que é Olavo de Carvalho quem organiza essa releitura negacionista da história brasileira, difundida especialmente por meio do revisionismo do período entre a redemocratização e o final dos governos petistas, que, sob essa perspectiva ideológica, foi reinterpretado como sendo um período de vigência de uma “guerra cultural esquerdista”.

Em termos mais gerais, o “marxismo cultural” combina leituras distorcidas do marxismo, de Gramsci e da Escola de Frankfurt, em doses que dependem de cada um de seus detratores, as quais resvalam para verdadeiras teorias da conspiração. Algumas dessas vertentes reputam à esquerda uma atualização da ideia da luta de classes e da revolução socialista, agora transposta para o campo da cultura e assentada na luta entre grupos identitários e imigrantes *versus* homens e mulheres cristãos, brancos e heterossexuais.

Os críticos do “marxismo cultural” caracterizam a justiça social e o social como uma mera cultura da “esquerda gramsciana”, que visa depor a liberdade e a moralidade, por meio de um estatismo crescente, e que caminha lentamente para o socialismo. Eles identificam a educação pública como o espaço por excelência dessa “revolução cultural esquerdista”.

Textos publicados no *site* do IMB, um de autoria de um professor de Economia da Universidade Federal de Sergipe e outro do presidente da empresa suíça *Global Gold*, alertam que essa “nova” revolução socialista em curso visa “reprogramar a sociedade por meio de uma engenharia social revolucionária” resultando, assim, numa “destruição da civilização ocidental e tudo o que ela representa” (GRASS, Claudio, 2016), seu sistema econômico e suas tradições cristãs e familiares. Por fim, localizam no politicamente correto o principal instrumento da

³³ Rocha (2018) destaca que Olavo de Carvalho divulgava suas ideias em um *blog* desde 1998 e que Rodrigo Constantino (IMIL) e Hélio Coutinho Beltrão (IMB) polemizavam no Orkut desde 2004, arregimentando adeptos para o ultraliberalismo e difundindo a batalha contra o “marxismo cultural”.



esquerda para impor a uniformidade de pensamento, eliminar e criminalizar a livre expressão, resultando na “corrupção moral das pessoas” (MUELLER, Antony, 2018).

Na releitura brasileira dos críticos do “marxismo cultural” a “esquerda gramsciana” teria dominado a política no país desde o pós-constituente, fazendo a sua revolução cultural silenciosa nos governos do PSDB e do PT, ambos por eles considerados como partidos de esquerda. Particularmente frente aos governos petistas, os adeptos dessa perspectiva defendiam que seria necessário combater o esquerdismo na sociedade civil e o petismo na arena institucional para livrar o país dos desvios que se sucederam ao período do governo civil militar. Como já mencionado, essa visão da história do país encontra a sua construção mais acabada na já mencionada organização Brasil Paralelo, responsável por um revisionismo histórico mais amplo, através da produção de vídeos sobre a história do Brasil (ROSA et al., 2020), (BALESTRO; PEREIRA, 2020).

Para constatarmos a chancela dessas ideias estapafúrdias e negacionistas por toda a rede de organizações liberais no país, observamos a presença de Olavo de Carvalho, como palestrante no Fórum da Liberdade, em 2000, 2001, 2002, 2004, 2005 e, bem depois, com a ascensão de sua influência ao governo federal, também se apresentou em 2019. Após 2014 a rede como um todo incorporou essas ideias, em diferentes medidas cada organização, chancelando a sua disseminação junto ao grande público, bem como abrindo espaço para o estilo político agressivo de Olavo de Carvalho e os extremistas do IMB.

O apoio da rede de *think tanks* liberais ao governo Bolsonaro é evidenciado por Casemiro (2020, p. 100) pela presença, no Fórum da Liberdade de 2019, de vários representantes do alto escalão, denotando, até aquele momento, a sua afinidade com o governo eleito, sendo as proposições ultraliberais do Ministro Paulo Guedes a unanimidade entre todos. Hélio Coutinho Beltrão, em particular, foi apoiador de primeira hora do governo Bolsonaro, além de primeiro defensor na imprensa do uso da hidroxicloroquina no combate à COVID-19 e crítico às políticas de isolamento social. Passou a discordar de Bolsonaro apenas na política, dando a



justificativa de que ele não seria liberal nesse campo, por não aceitar nenhum tipo de crítica³⁴.

As ideias do IMB exercem clara influência sobre Bolsonaro e seus filhos, e essa organização parece ser a origem de muitas das suas posições políticas em vários campos: saúde, educação, economia, relações exteriores, etc. O IMB também emplacou um de seus diretores no Ministério da Economia, Geanluca Lorenzo, que atua na Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia (SEAE), tendo sido um dos formuladores da lei da Liberdade Econômica quando ocupava a diretoria de desburocratização também no Ministério da Economia³⁵.

Consideramos que os Institutos von Mises Brasil e Rothbard representam, em boa medida, a visão de mundo e de educação da extrema direita no Brasil, incorporando componentes mais radicais nessa última onda de atuação da rede de *think tanks* liberais no país, além de inspirar o governo Bolsonaro, particularmente no campo da educação. Desta forma, focaremos nossa análise nessas duas organizações. Antes disso discutiremos, no próximo item, a concepção de educação que podemos desdobrar da racionalidade neoliberal.

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO QUE EMERGE DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Pelo que já foi discutido nesse artigo, fica claro que o Instituto Mises Brasil e o Instituto Rothbard se inserem num movimento mais abrangente, de aprofundamento do neoliberalismo em nível mundial, além de serem fruto de um processo histórico interno ao Brasil, de reconfiguração da Nova Direita no país. Por tal razão, a concepção de educação dessas organizações não deve ser apresentada de forma recortada, sem uma mediação teórica adequada, que nos permita interpretá-la de maneira incisiva. Também não devemos simplesmente inseri-la diretamente em níveis de abstração mais elevados, atinentes aos aspectos materiais

³⁴ Conforme <https://istoe.com.br/o-governo-nao-e-liberal-na-politica/>

³⁵ Conforme <https://teletime.com.br/27/05/2020/geanluca-lorenzon-assume-seae-do-ministerio-da-economia/>



mais gerais do capitalismo em sua fase neoliberal, contentando-nos, por exemplo, em tratá-la como assentada na mercantilização, na lógica privatizante ou mesmo em políticas econômicas ou educacionais neoliberais.

Para entendermos melhor a forma como essas organizações se conectam com um movimento global, que articula organicamente o ultraliberalismo e o conservadorismo, e tem sido bem sucedidas na consumação de ações coletivas com esse perfil no campo da educação, é importante precisar as características de fundo decorrentes do que se apresenta como um processo de amadurecimento do neoliberalismo no mundo.

Desse ponto de vista, as novas estratégias e mecanismos de obtenção de consenso da parte da direita e das classes dominantes no Brasil, promovidas através da diversidade e da capilaridade da rede de organizações liberais, são mais do que novas embalagens que embalam velhas propostas. Elas contribuem fortemente para alterar significativamente o senso comum e as práticas políticas prevalentes no país em vários campos, neles inclusa a educação.

O conceito de governamentalidade neoliberal, desenvolvido por Dardot e Laval (2016) a partir de Foucault, foi corroborado e ampliado por Brown (2019), para dar conta de impactos do neoliberalismo sobre a democracia. Foucault desenvolveu o conceito de governamentalidade política e de racionalidade governamental visando questionar as conceituações que tratam do poder como algo uno e centralizado. Para ele o poder é um domínio focado nas relações entre indivíduos ou grupos, centrado nas técnicas e procedimentos que normatizam a conduta. Esses conceitos foram apresentados nos cursos ministrados no Collège de France, particularmente entre 1977-82, reunidos em Foucault (1997). Em especial, na aula “Subjetividade e verdade - 1980-1981”, Foucault apresentou a sua última conceituação de governamentalidade, a qual é entendida como “o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro” (p. 111).

Sob essa lente de análise, Dardot e Laval identificam o neoliberalismo com uma nova governamentalidade, que orienta, de uma nova maneira, as instituições e a conduta dos indivíduos mediante “um sistema normativo, que ampliou sua



influência ao [sic] mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 7). Consideramos que o conceito de governamentalidade neoliberal desses autores é útil para entendermos a atuação das organizações liberais em foco, cuja atuação tem influenciado, dentre outros aspectos, a percepção social da educação pública no Brasil.

Um ponto importante que Brown destaca é que essa nova orientação normativa se dá em nome e nas margens de manobra associadas à liberdade individual na ordem capitalista e no âmbito de uma democracia liberal. Em outras palavras, ela governa por meio da liberdade e opera nas margens segundo as quais os indivíduos atuam, ensejando que eles próprios se conformem a ela (BROWN, 2019, p. 122-123). O conteúdo genérico dessa normatização tem por base a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Ao analisar os desdobramentos da normatividade neoliberal, particularmente nos Estados Unidos, Brown (2019) mostra os seus resultados ruinosos no que tange à democracia, num quadro acabado muito diverso do idealizado pelos teóricos neoliberais. De acordo com a autora, o neoliberalismo tem engendrado e alimentado um processo de desdemocratização desde o centro do capitalismo. Dardot e Laval, abordando uma frente mais abrangente de impactos, destacam que essa orientação tanto destrói instituições e direitos, quanto constrói certo tipo de relações sociais, maneiras de viver, subjetividades (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Brown (2016), ao tratar de sociedades neoliberais maduras, identifica de forma um pouco mais específica esses últimos processos, mencionados por Dardot e Laval. Sob tal base, extraímos três movimentos importantes que passaram a moldar o senso comum e a configurar a racionalidade neoliberal: a ojeriza ao Estado; o horror à política e ao político; o descrédito às noções de social, sociedade ou justiça social. Explorando diferentes abordagens no plano teórico, a autora considera que a mais importante fundamentação desse questionamento do Estado,



do político e do social é encontrada em Hayek. Para além dessa dimensão teórica, ela mostra como a conformação do senso comum por esses três movimentos contribuiu para corroer mecanismos relevantes, que auxiliam na sobrevivência de traços democráticos no âmbito das democracias liberais. Desta forma, é, a partir de alguns elementos teóricos de Hayek, Mises e Rothbard e do uso da autora como referência interpretativa que buscamos, neste item, desdobrar as possíveis relações que podem ser estabelecidas com o campo da educação.

O Estado, na abordagem de Hayek (1983), detém o monopólio da coerção da liberdade individual, devendo essa coerção ser reduzida a um nível estrito. Isso significa uma atuação da forma o mais impessoal possível, dispensando a todos o mesmo tratamento, restringindo a garantia da igualdade da condição dos indivíduos à igualdade perante a lei, protegendo o direito individual e o direito de propriedade. Assim ocorrendo, Hayek entende que os atos coercitivos do Estado se transformam em parâmetros nos quais os indivíduos se baseiam para estabelecer os seus planos (HAYEK, 1983, pp. 37-38). Em outras palavras, Hayek não é contra a intervenção do Estado, mas defende que ela deva se dar dentro desses limites, e que, para além disso, levaria a uma rota de servidão que alimenta a sua força opressora (HAYEK, 2010).

Essa visão, que resulta na condenação da ação do Estado no campo do bem-estar social, enseja um veto perpétuo ao intervencionismo estatal nesses âmbitos. Ela sustenta o primeiro movimento, de ojeriza ao Estado, promovido por uma ideologização dessa intervenção ao tratá-la como sendo uma estratégia rumo ao socialismo, levada a níveis mais exacerbados por Mises (2010) e aos extremos do anarquismo no caso de Rothbard (1998). Nesse último autor, encontramos o questionamento do pagamento de impostos, do gasto público, do funcionalismo estatal, e, nesse bojo, também da educação obrigatória e dos Sistemas Nacionais de Educação (SNE) estabelecidos pelo Estado (ROTHBARD, 2013), todos esses aspectos reduzidos a mera estratégia de fortalecimento do Estado e de opressão estatal. Funcional à estrutura econômica do neoliberalismo, a ojeriza ao Estado e a tudo que é estatal torna-se o seu resultado natural.



A educação pública, sob esses termos, passa a ser condenada exatamente por ser regulada, provida ou mesmo financiada pelo Estado. Para Mises (2010) e Rothbard (2013) a educação não deve ser obrigatória em nenhum nível (OLIVEIRA; BARBOSA, 2017), não mencionando nas suas análises relação relevante da educação com a democracia ou com o desenvolvimento econômico de um país. Hayek (1983) destaca apenas o ensino elementar como importante para a democracia, defendendo a sua obrigatoriedade nesse nível e o seu financiamento público com vales concedidos aos pais para escolherem a escola que desejam. Como elemento de base na educação esses autores são antiestatistas, os dois primeiros em maior intensidade, recusando até mesmo qualquer tipo de financiamento público da educação.

O segundo movimento, de horror à política e ao político, é analisado por Brown a partir de Foucault, ao tratar o político como sendo o espaço por excelência no qual se explicita dada governamentalidade no capitalismo, no caso do neoliberalismo, a governamentalidade neoliberal. Nos termos de Brown (2019, p. 68), o político seria o espaço de poder e de valores em que se delibera, se age e se pensa, se molda e ocorre o governo do comum. Trata-se de uma dimensão não autônoma, porosa, de manifestação diversificada, que absorve forças e valores econômicos, sociais, culturais e religiosos. A autora, portanto, não considera o político como um simples desdobramento do campo material ou apenas um cenário da luta de classes. Identifica-o como o espaço que resguarda a possibilidade da democracia, pelo compromisso coletivo com mecanismos que visem promover a igualdade e mitigar as desigualdades em todos os campos, qualquer que seja o regime político considerado, requerendo, assim, seu cultivo, renovação e compromisso institucional. Ela comprova, tanto no plano teórico quanto prático, que o político e a política são negados sob a racionalidade neoliberal.

Hayek contribui teoricamente para esse esvaziamento do político, considerando-o como algo a ser contido para evitar que a pressão das demandas das massas ameace a liberdade individual, os mercados, a moral e mesmo a própria civilização. Para ele, conferir poder ilimitado ao povo é criar um Estado com poderes absolutistas similares aos poderes dos reis. A seu ver, essa dimensão do Estado,



vinculada a soberania política, precisa ser contida para que opere a espontaneidade e a lógica evolutiva das regras sociais e do mercado. Esse ataque teórico ao político, característico de Hayek, resvala para um esvaziamento do conteúdo da democracia, vista por ele como sendo apenas um “método para a tomada de decisões, mas não como autoridade para determinar que decisão deve ser adotada” (HAYEK, 1983, p. 121).

O ataque ao político, característico da racionalidade neoliberal, reverbera na educação pela via do questionamento de seu papel de espaço de produção e socialização de valores, podendo ensejar a reflexão crítica acerca da sociabilidade no capitalismo e promover uma cidadania cooperativa e socialmente orientada. O conteúdo político na educação é percebido, tanto por Hayek (1983), quanto Mises (2010) e Rothbard (2013), como algo exclusivamente negativo e estritamente atrelado ao poder do Estado e a educação pública é entendida por eles como uma ferramenta de doutrinação estatal que alimenta nacionalismos e sedimenta o caminho para o totalitarismo. A educação, na concepção desses autores, deve ser esvaziada de valores de toda ordem bem como do poder, pois, para eles, os valores que ela propaga são os valores do Estado e o poder que elas exibem é o poder coercitivo do Estado. No mínimo, se mantida a oferta estatal, o conteúdo apresentado pelas escolas deve ser isento de valores, valores de ordem política, social ou moral, visando coibir qualquer tipo de doutrinação estatal. Desta forma, o esvaziamento e a identificação com doutrinação do papel político da educação pública sequestra um espaço político fundamental que uma sociedade dispõe, contribuindo para a desdemocratização do país.

Por fim, o terceiro movimento que identificamos em Brown (2019), que envolve o ataque à noção do social e da justiça social, também é explicitado tanto no plano teórico quanto prático. O social é, para a autora, o campo que faz a mediação entre o Estado e o indivíduo/famílias mediante o acesso a bens públicos, modulando, a despeito de não resolver, os impactos destrutivos do capitalismo, do colonialismo e das questões identitárias como raça e gênero. A crítica teórica ao social é explícita em Hayek, para quem o social não existe, é uma dimensão ilusória,



que chancela ações estatais que restringem a liberdade individual e os mercados, além de contribuir para destruir a tradição (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 158-160).

Brown evidencia, que, na prática, o combate ao social promove uma contraposição entre sociedade e liberdade, transformando em inimigos da liberdade as forças políticas que participam das lutas sociais. Se não existe social, nem sociedade, apenas indivíduos e famílias, também deixa de existir “um poder social que gera hierarquias, exclusão, violência, tampouco há subjetividade nas condições de classe, gênero ou raça” (BROWN, 2019, p. 53). As reivindicações daí advindas passam a ser tratadas como lamúrias, “mimimi”, transformando as lutas por igualdade e por inclusão na “tirania do politicamente correto” que restringem a liberdade individual (BROWN, 2019, p. 54).

Esse movimento contra o social, as políticas sociais e a justiça social, repercute fortemente na educação, mitigando o papel da escola como espaço fundamental que contribui para a promoção da igualdade econômica, política e social, e possibilita um ambiente de aceitação da diversidade e da promoção da inclusão. Além disso, nega o papel das universidades e das escolas como fonte de geração de conhecimento com compromisso social e de possibilidade de uma abordagem crítica da herança histórica humana. A concepção da educação como mera técnica, isenta de valores, que assim deve ser provida pela família ou pelo mercado, é o seu resultado. Para além disso, tanto os interesses do mercado quanto das forças políticas que representam a família tradicional tendem a se servir do negacionismo científico (DIETHELM; MCKEE, 2009) visando impor os seus interesses e valores.

Brown (2019) comprova, por conseguinte, que, tanto na teoria quanto na prática, a governamentalidade neoliberal arranca a liberdade individual do seu contexto político e social, tornando-a descompromissada com os impactos que gera no âmbito em que se insere. Seu exercício, nesses termos, engendra a sua antítese, transformando as ações em nome da liberdade em ações autoritárias, que abrem espaço e potencializam expressões brutas no campo econômico e moral. Tais expressões naturalizam as construções históricas vinculadas à desigualdade social



e econômica, ao patriarcalismo, ao colonialismo, ao supremacismo branco. Elas se explicitam num desprezo pelo coletivo, pelo futuro da humanidade e pela ciência e o conhecimento científico, invisibilizando as desigualdades sociais e econômicas pré-existentes. Assim, os segmentos dominantes impõem, através de disputas legais, as suas práticas e valores sobre os demais, criando uma cultura antidemocrática desde baixo, construindo e legitimando formas antidemocráticas desde cima.

Com isso, em nome da liberdade individual, do livre pensar, da livre iniciativa e do livre empreender, bem como da liberdade de seguir tradições e de manter compreensões prévias sobre diferentes temáticas, a educação pública e a geração do conhecimento científico ficam sob ataque. Além de elementos providos pela Escola Austríaca, a ideologia do “marxismo cultural” é um dos fundamentos do negacionismo que passa a justificar o combate ao social fazendo a releitura das abordagens científicas, particularmente aquelas que dizem respeito ao campo do social.

Em resumo, ao demonizar o Estado, o político e o social, a racionalidade neoliberal nega o papel civilizatório dos direitos sociais, nele se inserindo o direito social à educação. Também chancela as restrições políticas e legais ao Estado, no que tange ao seu poder de criar políticas de interesse público ao desacreditar o discurso de justiça social como totalitário. Em conjunto, esses três movimentos auxiliam na destruição, no imaginário coletivo, do papel da educação pública como um meio de socialização e de formação para a vida em comum e para uma cidadania solidária, ou em outros termos, seu papel político e social na construção democrática.

Além dos três movimentos anteriormente explicitados, retiramos da autora um último aspecto, que a notabiliza frente a outras interpretações da racionalidade neoliberal: a inserção que faz, nessa racionalidade, da moralidade tradicional entendida como parte intrínseca da mesma e não apenas como um de seus desdobramentos ou fenômeno complementar. Ela evidencia a tendência à expansão do sentido do privado, para além da dimensão econômica, desencadeando



reivindicações da proteção estatal para uma esfera pessoal/familiar crescentemente ampliada. Nessa esfera encontram-se os valores predominantes que notabilizam o indivíduo e as famílias de “bem”, e que, na prática, passam a conformar uma “esfera pessoal protegida”, que expande “a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família” (BROWN, 2019, p. 127-128).

Ao identificar a base teórica desse fenômeno em Hayek, a autora pontua que esse autor apresenta uma contribuição importante ao reler as regras e a tradição como liberdade, numa visão evolucionista que foge ao mero conservadorismo. Hayek considera que a adesão voluntária às regras morais, ou o que denomina de “conformismo voluntário”, transforma o cumprimento da tradição num exercício da liberdade, envolvendo experimentação e inovação. Para ele, essas regras morais são um mecanismo espontâneo de restrição aos mercados, que também passa a ser visto como um tipo particular de tradição. A visão de ordem espontânea de Hayek, numa amplitude que vai além da ordem do mercado, sanciona, desta forma, essa permissão da expansão do campo dos valores pessoais para o espaço público, manifesto, na prática, por meio da criação de leis e da sua reinterpretação. No campo hipotético em que Hayek teoriza esse mecanismo (HAYEK, 1958), ele geraria harmonia e ordem mas, no seu desdobramento concreto, o que tem efetivamente gerado é a instrumentalização dos espaços políticos por movimentos ultraconservadores.

Na educação a expansão da esfera pessoal protegida confere à família tradicional e aos seus valores poderes para enquadramento da escola, dos professores e dos conteúdos educacionais. Ela favorece às políticas públicas de cunho liberal que localizam na família a escolha de educar ou não, de como educar, de adequar as suas escolhas educacionais aos seus valores, pois o senso comum passa a ser de que apenas indivíduos e famílias podem legitimamente operar no campo dos valores. Políticas educacionais de âmbito público teriam o pecado original de serem contaminadas pela coerção estatal e pelos riscos da doutrinação de valores inerentes ao Estado.



Os três movimentos anteriormente sintetizados e esse último aspecto, em conjunto, é o que configura, para Brown, a racionalidade neoliberal madura, substituindo o político e o social pelo mercado e pela moralidade tradicional. Eles alimentam as críticas conservadoras manifestas desde os primórdios do neoliberalismo, que consideravam as políticas de bem-estar como excessos democráticos, geradoras da corrosão da autoridade política do governo e da família. Se, no passado, a dimensão do conservadorismo moral era a sua faceta menos explícita, na atualidade, ela se apresenta de maneira clara, unindo os interesses políticos tanto dos mercados quanto de conservadores de diferentes naipes. Remover o empenho do Estado com a igualdade, delegar à família muitas funções que o Estado cumpria, são pautas comuns que possibilitam a retomada do respeito à propriedade privada, às normas de gênero e às crenças tradicionais.

Nessa nova conformação da realidade, o alcance da privatização ultrapassa o campo econômico, assumindo um caráter de familiarização e de cristianização, todas essas dimensões passando a compor o âmbito do privado, a esfera do pessoal, que caberia ao Estado garantir. Com isso, não apenas o mercado desloca a democracia, mas também as regras morais atreladas a religião e a família tradicional, que ganham legitimidade como valores públicos. O resultado é a adoção de estratégias de privatização extrema, tendo a família como foco e como absorvedora de funções, complementando o mercado, o que repercute significativamente em todas as políticas sociais.

Em outros termos, esses desdobramentos da governamentalidade neoliberal, verificados desde o centro do capitalismo mundial, tendem a subverter, pelo mercado e pelo familismo, os espaços democráticos pré-existentes (BROWN, 2019), engendrando uma tendência à desdemocratização e à privatização extrema.

Em resumo, a racionalidade neoliberal se manifesta pela relação de dupla determinação entre mercado e família tradicional, ao mesmo tempo que corrói, pela ojeriza ao Estado, pelo esvaziamento do político e do social, as diferentes formas de intervenção do Estado no campo social. A ojeriza ao Estado se manifesta na educação pela desqualificação do ensino público e obrigatório, que seria provido e



regulado por um ente opressor da liberdade. O esvaziamento do campo político em geral se manifesta na educação pela negação de seu papel político e social na promoção da democracia, e por veicular a noção de que a escola pública é mero espaço de doutrinação de valores e de uniformização do pensamento. Reforça a desqualificação da educação pública a associação que fazem entre ela e uma inexistente “revolução cultural esquerdista”, transmutando a sua defesa numa mera ideologia da esquerda. Por fim, a luta pela liberdade individual é associada ao combate a um pretense sequestro pelo Estado do direito das famílias escolherem os valores que querem para seus filhos e das empresas privadas proverem, de forma mais eficiente e flexível, às necessidades educacionais das famílias.

Essa racionalidade justifica a saída do Estado das políticas mitigadoras da desigualdade social, econômica e política legitimando estratégias de privatização extrema, tendo a família como foco e como absorvedora de funções, complementando o mercado no âmbito das políticas sociais. Na educação, a negação de seu papel civilizatório contribui para destruir, no imaginário social, a concepção da educação pública como um meio de socialização e de formação para a vida em comum e para uma cidadania solidária, de mitigação de desigualdade social e econômica.

O próximo item visa efetuar um paralelo entre esses elementos que configuram a racionalidade neoliberal na educação e a concepção de educação do Instituto Mises Brasil e o Instituto Rothbard.

INSTITUTO MISES BRASIL E INSTITUTO ROTHBARD E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO

Esses dois *think tanks* escolhidos como objeto de estudo, conforme se analisou no primeiro item, se inserem e se articulam de maneira coerente com a evolução dos *think tanks* liberais no mundo e no Brasil, tendo perfil ativista e alinhado a uma nova safra mais extremista que aparece no bojo da crise econômica de 2008. Eles são voltados para influenciar a opinião pública e apresentar estratégias de convencimento capazes de orientar o senso comum, assentando a sua



linha filosófica na Escola Austríaca, particularmente em Mises e Rothbard, além de manifestarem adesão à ideologia de “guerra cultural”. Na educação, as abordagens teóricas de maior peso são os autores libertarianos estadunidenses, particularmente o anarcocapitalista Rothbard.

O Instituto Mises Brasil notabilizou-se como o maior divulgador da Escola Austríaca no país, vendendo ou disponibilizando em seu *site* livros dessa escola, além de vídeos e *podcasts*, e artigos de adeptos do libertarianismo e traduções de artigos, especialmente do *Ludwig von Mises Institute* (EUA). Veicula seus materiais por meio de todo tipo de mídias sociais, tendo no seu *site* e no *Facebook* os seus veículos mais importantes (conta com 283,6 mil seguidores no *Facebook*, 98,2 mil seguidores no *Instagram*, 44,2 mil seguidores no *Twitter* e 28,6 mil seguidores no *Youtube*). Esse material é também reproduzido por toda a rede de organizações liberais, particularmente nas redes sociais do EPL/SFL Brasil e do MBL. Também organiza eventos, seminários anuais desde 2010 e, a partir de 2015, conferências, com o apoio da Universidade Mackenzie, eventos também divulgados por toda a rede. Nem todos os eventos que realizou estão disponíveis *online*, dificultando o seu uso como material de pesquisa. Adicionalmente, o IMB organiza um curso de pós-graduação sobre a Escola Austríaca, em parceria com a Universidade Mackenzie, que tem atraído membros do legislativo federal e estadual com inclinação libertária. Frequentaram esse curso os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Tiago Mitraud (Novo-MG), Filipe Barros (PSL-PR), Carlos Jordi (PSL-RJ), Paula Belmonte (Cidadania-DF) e os deputados estaduais Rodrigo Valadares (PTB-SE) e Giuseppe Riesgo (Novo-RS)³⁶.

O Instituto Rothbard, dissidência ainda mais radical do Instituto von Mises, é menos articulado com o governo e com o *status quo*, e exhibe um extremismo mais acentuado, atraente para os jovens. Assenta a sua perspectiva especialmente no autor que lhe dá o nome, o qual é contra o ensino obrigatório e identifica um viés doutrinador no Estado, sendo defensor explícito do Ensino Domiciliar e crítico ácido da escola pública.

³⁶ Informações retiradas por Casimiro (2020) do jornal *Gazeta do Povo* (28/08/2019).



Tendo em vista a maior abrangência e variedade dos artigos que publicam nos seus *sites*, em comparação a vídeos e *podcasts*, escolhemos os mesmos como material de pesquisa, visando identificar a concepção de educação que professam. Nessa temática, excluímos as entrevistas, prefácios de livros, livros e resenhas de livros, monografias e dissertações e mesmo textos que envolvam exclusivamente questões parentais relativas à educação, sem relação com o ensino formal ou, que seja, com o Ensino Domiciliar. Buscamos como filtro de análise dos artigos os elementos da racionalidade neoliberal estendidos para a educação, conforme vistos no item anterior.

Nos *sites* do Instituto Mises Brasil e do Instituto Rothbard despontam críticos ferrenhos da esquerda, alguns deles investidos de uma posição de autoridade, dada pelo fato de serem empresários ou mesmo acadêmicos defensores de posições dissonantes. Muitos deles se colocam no papel de prevenir as pessoas contra a pretensa “revolução cultural” empreendida pelos que identificam como sendo líderes marxistas culturais.

Em meio a uma variedade de artigos que o Instituto von Mises publica em seu *site* encontram-se vinte e seis sobre educação. No caso do Instituto Rothbard, como foi criado apenas em 2016, parcela dos artigos que mantem no *site* coincide com os encontrados no Instituto von Mises. Consideramos que esses artigos, que totalizam vinte e três no seu conjunto, refletem a visão que essa organização defende na Educação e foram tomados como material de pesquisa. Em geral a visão dos autores dos artigos é similar, e eles se distinguem muito mais pelo seu perfil: empreendedores, gestores de *think tanks* liberais ou jovens autodidatas da Escola Austríaca. No caso do Instituto von Mises, respondem pelos artigos vinte e um autores, dos quais seis são estadunidenses - destacando-se o CEO do Instituto von Mises Alabama com três artigos (Lew Rockwell); quatorze são brasileiros - sendo cinco deles autodidatas. Desses vinte um autores, seis são ligados a *think tanks* liberais nacionais ou estrangeiros. Dentre os vinte e três artigos do Instituto Rothbard há ainda uma maior prevalência de autodidatas (sete), diletantes que estudaram a Escola Austríaca por conta própria, além de autores com projeção na mídia (quatro), indicando a preferência dessa organização por autores jovens, que



estudaram fora do circuito formal de produção do conhecimento, ou alcançaram notoriedade nas mídias sociais.

No que tange à ojeriza a atuação do Estado na educação, observamos na Tabela 2, em ambos institutos, um número relevante de artigos com crítica ao ensino obrigatório, identificando a educação pública e a regulamentação estatal da educação como mecanismos por excelência da opressão do Estado à liberdade individual, coerente com a perspectiva libertária dessas instituições. Um aspecto distintivo é a crítica que fazem aos testes padronizados de desempenho na educação, aplicados pelo Estado e disseminados no mundo desde os anos 1990s, considerados por eles como problemáticos, desnecessários e reforçadores da regulação estatal.

As frentes que manifestam o horror ao Estado e à sua atuação na Educação não param por aí, questionando também o papel da educação na promoção do desenvolvimento econômico e empreendendo críticas generalizadas às escolas públicas, algumas numa linha ideológica, como Fernando Chiocca que chega a classificar as escolas públicas como “fetiche socialista”. No limite, defendem a extinção das escolas públicas, como faz Lew Rockwell, além de encontrarmos críticas à forma escola tradicional e ao financiamento público à educação (Quadro 1).

Tabela 2 – Críticas à presença do Estado na educação explicitadas nos artigos postados do site e blog do Instituto von Mises e Instituto Rothbard – de 02/07/2008 até 30 nov 2020

Organ.	Ojeriza ao Estado na educação				Total de artigos
	Contra ensino obrigatório	Crítica à escola pública	Crítica à forma escola tradicional como típica da escola pública	Contra financiamento público da educação	
Inst von Mises	19	13	10	9	26
Inst. Rothbard	20	21	11	13	23

Fonte: <https://www.mises.org.br/> e <https://rothbardbrasil.com/>. Elaboração própria

Alguns artigos destacam a ineficiência da educação pública, que utilizaria métodos ultrapassados e burocráticos, operando com maior custo e pior qualidade do que o mercado e desenvolvendo uma relação paternalista com o estudante. Um ponto que pode ser considerado atraente para a juventude, em muitos dos textos, é



a crítica a forma tradicional da escola, implicitamente identificada com a escola pública. Daí a escola pública é transformada num agente uniformizador das pessoas, que não deixa espaço para a liberdade e para a criatividade, que mata a paixão e o entusiasmo em aprender, que prepara para o emprego, mas não para empreender. Explicitamente, estimula o jovem a não perder tempo com a escola pública pelo seu caráter tradicional. Nessa linha de análise, aparecem os artigos de Kerry McDonald, economista e mestre em Política Educacional por Harvard, que se vincula ao *think tank* liberal *Cato Institute*, um primeiro intitulado “Como a escola acaba com a criatividade e com o raciocínio próprio”(14/06/2017) o segundo, “O sistema escolar moderno prolonga a adolescência e atrasa as responsabilidades da vida adulta”(19/06/2017); e o artigo de Daniel Sanchez, editor do conhecido *think tank* liberal *Foudation for Economic Education*, já mencionado no primeiro item, intitulado “O entusiasmo e a obsessão são suas mais decisivas habilidades” (12/10/2020), que indica ser o extremismo característica não apenas de *think tanks* liberais libertários, mas também dos mais tradicionais.

Um texto em particular, de Harry Browne, que foi quadro importante do partido Libertário nos EUA, é denominado “A educação estatal - e como ela seria em um livre mercado” (18/10/2015). Nele, o autor faz ilações sem maiores bases que não a ideologia: afirma que, o fato dos professores de escolas públicas serem funcionários públicos sindicalizados indica o comprometimento dos mesmos com a intervenção estatal e a defesa do poder do Estado, o que as transforma mais em agências políticas do que em entidades educacionais. Assim denota a forte ojeriza por tudo que é estatal. Além dessas afirmações, utiliza-se de argumentos econômicos ao apresentar escolas públicas como organizações monopolistas, inibidoras da concorrência, e sustentadas pela coerção do governo sobre a sociedade por meio de impostos.

Alguns textos questionam o financiamento da educação mediante impostos, tendo em vista discordarem da própria existência de impostos e mesmo do Estado. Criticam inclusive as políticas friedmanianas de vales, bancadas com impostos, consideradas socialistas apesar de privilegiarem empresas privadas, caso do texto



intitulado “Vouchers escolares: o caminho mais ‘eficiente’ para a socialização da educação”(25/09/2014), escrito por Lew Rockwell.

O aspecto de fundo mais importante que essas diferentes maneiras de estimular a ojeriza ao Estado na Educação apresentam é identificação da escola pública como algo com baixo ou nenhum benefício para o indivíduo e a sua inescapável incompatibilidade com a ética da liberdade. A contraposição de escola pública e liberdade cola a ideia de que a atuação pública na educação equivale a uma forma escola ultrapassada e inadequada para desenvolver a criatividade e o potencial das pessoas. Na sua frente mais ideológica, a atuação do Estado na educação é identificada como uma estratégia rumo ao socialismo, e a educação obrigatória e os Sistemas Nacionais de Educação como ferramentas socialistas e totalitárias.

Na questão da ojeriza à dimensão política e social da educação destacamos a habitual identificação da educação com doutrinação e a negação de seu papel político de mitigação da desigualdade (Tabela 3). No *site* do Instituto Rothbard é reproduzido um artigo em particular, de um jornalista estadunidense da década de 20 e 30, H. L. Mencken, que se notabilizou como um defensor radical do liberalismo no plano político, moral, religioso e cultural, intitulado “Sobre educação pública” (07/02/2018). Nele o autor ataca frontalmente o papel do sistema educacional como promotor da igualdade de oportunidades bem como a relevância dos conteúdos ensinados destacando que a “igualdade é impossível num mundo de diversidade”.

Muitos textos destacam a noção de que escolas estatais fazem doutrinação de valores, políticos e morais e que alimentam e reproduzem o Estado opressor, que se utiliza da imposição de conteúdos para ampliar o seu poder sobre as pessoas e restringir a liberdade de escolha do indivíduo. Nessa frente temos os artigos tais como “E se as escolas públicas fossem abolidas?”(02/07/2008), e “Não se deixe educar pelo estado”(15/01/2016), ambos de autoria de Lew Rockwell. A visão de educação assentada apenas no indivíduo faz crer que qualquer menção a valores deva partir dele, de sua inerente criatividade e capacidade de raciocínio. Aprender



é visto como um ato solitário, fruto da decisão do indivíduo ou de sua família, e tudo que vem de fora, que não provenha da ordem espontânea que gera regras coletivas ou organiza o mercado, forjada por meio da concorrência, é intervenção estatal indevida.

Outros criticam a capacidade socializadora da escola pública, ao destacar que, além de um ser um espaço de doutrinação, ela seria também um espaço de *bullying*, negando seu papel de socialização secundária da criança e do adolescente e sua contribuição para promover a cidadania e a autonomia.

Inexistindo na escola o político como espaço de construção coletiva de práticas e valores e reduzindo o social a um estratagema esquerdista para justificar a intervenção estatal, negam a escola como experiência de aprendizado coletivo, capaz de promover a emancipação humana para além do enquadramento ao sistema econômico e às tradições familiares. Esvaziada de valores a educação perde a sua dimensão política, destituída de seu caráter de bem público de acesso universal a Educação pública, perde o seu papel social de mediadora entre o Estado e as famílias e de mitigadora de desigualdades, transformando-a num serviço qualquer, numa simples mercadoria que cabe ao mercado atender, com o mínimo de intervenção estatal.

Na explicitação da extensão ao limite do poder das famílias sobre a educação, fazem a defesa de elas próprias escolherem a concepção de educação que acham mais adequada, definindo seu formato (se ministrado em casa ou na escola), seu conteúdo (determinando qual conteúdo desejam, em conformidade com os valores da própria família) e a desobrigação de pagar impostos para financiar a educação pública. É recorrente a defesa da família como o espaço exclusivo de formação de valores, tornando a educação uma atividade parental ou, quando a família não tem tempo ou recursos para prover um ensino domiciliar, a educação como um serviço, uma mercadoria como outra qualquer e que tem nos pais os seus consumidores. O papel do Estado, quando aceito, é apenas garantir a liberdade da família e do indivíduo. Em outras palavras, a concepção de educação que defendem delega à família as escolhas sobre educação dos filhos, que, numa perspectiva rothbardiana,



são praticamente sua propriedade (ROTHBARD, 1998, p. 97-112). Desta forma, caberia à família, só a ela, estabelecer os valores para os filhos e, à escola, no máximo, ministrar um ensino técnico, isento de valores ou com base em valores escolhidos pelos pais.

Tabela 3 – Críticas à dimensão política e social da educação e defesa da educação definida pela família - 02/07/2008 até 30 nov 2020

Organ.	Ojeriza a dimensão política da educação		Recusa da dimensão social na educação		Educação definida pela família		Total de artigos
	Escola pública equivale a doutrinação	Educação como mercadori a	Defesa da escola privada	Defesa do ED	Defesa do ED	Escola pública equivale a doutrinação	
Inst von Mises	14	13	10	14	14	14	26
Inst. Rothbard	18	13	10	14	14	18	23

Fonte: <https://www.mises.org.br/> e <https://rothbardbrasil.com/>. Elaboração própria

Alguns textos questionam a ação da escola em qualquer frente identitária ou política, completando a visão libertariana, assentada em Mises e Rothbard, com a ideologia negacionista de guerra contra o “marxismo cultural”. Particularmente se destaca o texto do economista e Diretor Acadêmico do Instituto von Mises, Ubiratan Jorge Iório, que também é Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O texto é denominado “Gramsci, Paulo Freire e a batalha da linguagem: nosso declínio começou com a deturpação das palavras” (24/10/2016). Nele, o autor destaca que as ideias liberais são as melhores, o que falta é apenas saber se comunicar adequadamente com a sociedade. Ele se alinha explicitamente aos críticos do “marxismo cultural”, trata as ideias do politicamente correto como um meio de enquadrar “quem pensa por conta própria”, mero componente da estratégia “gramsciana” de implantar o socialismo. Vocifera críticas a Paulo Freire, Gramsci, Piaget, para ele “puro esquerdismo que visa à revolução proletária” antecedida de uma mudança de mentalidade e “cujos agentes são os intelectuais e a ferramenta essencial é a escola”.

Um texto mais recente, intitulado “A favor de cotas racistas” (20/11/2019), de autoria de Fernando Chiocca (um dos fundadores do Instituto Rothbard), defende que as cotas raciais seriam totalmente equivocadas, elas próprias racistas, construindo a sua argumentação com base em uma definição questionável de



racismo, implicitamente assentada no combate ao “marxismo cultural”, dela desdobrando críticas aos principais pontos de defesa das quotas raciais.

Em síntese, na educação, a concepção que essas duas últimas organizações defendem confirma aspectos da racionalidade neoliberal ao assentar-se no horror ao Estado, ao político e ao social, negando também a educação pública e legitimando a privatização extrema. Na batalha das ideias que empreendem, alcançam traduzir, numa linguagem atraente e ajustada ao neosujeito (DARDOT; LAVAL, 2016), a ojeriza à escola pública, à regulação estatal da educação, ao financiamento público da educação, naturalizando no senso comum, nas instituições e subjetividades, o mercado e a família como substitutos do político e do social. Legítima, assim, a saída do Estado da Educação, chancelando uma privatização extrema, elegida “livremente” pelos próprios sujeitos, regidos pela governamentalidade neoliberal, contribuindo para destruir, no imaginário social, a concepção da educação pública de cunho universalista e garantida por norma jurídica como um direito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de educação difundida no Brasil pelo Instituto Mises Brasil e o Instituto Rothbard se insere numa racionalidade totalizante, característica do neoliberalismo maduro centrado nos Estados Unidos, configurando uma governamentalidade que passa a moldar o senso comum no Brasil e no mundo. Ela tem como um de seus mecanismos a atuação de *think tanks* liberais extremistas, que são parte de um movimento mais geral no qual se desponta a atuação em rede de *think tanks* liberais, articulados em termos nacionais e internacionais, não se tratando de um fenômeno especificamente brasileiro.

Esse movimento amplo é uma reação das classes dominantes do centro do capitalismo à crise financeira de 2008 além de internamente representar uma radicalização da direita no Brasil, no bojo de um processo de organização das classes dominantes locais que já se estruturava desde a década de 1980, foi potencializado pelos efeitos graduais da inserção econômica do Brasil na lógica neoliberal desde o



início dos 1990 e agudizado pelo movimento político antiesquerdista e antipetista que resultou na vitória de Bolsonaro em 2018.

Por fim, tal concepção visa desmontar a proposta de educação como direito social, estabelecida pela Constituição de 1988, sendo as abordagens teóricas de maior peso baseadas particularmente em Rothbard, tendo como ideia forte a noção de que a Educação pública equivale à doutrinação, além do questionamento da educação obrigatória. A elas se soma a ideologia do “marxismo cultural”, que estimula, num plano estritamente ideológico, críticas virulentas ao que foi configurado na educação desde a redemocratização do país. Propostas tais como o Ensino Domiciliar, Escola sem partido e mesmo as escolas militarizadas, podem ser consideradas como coerentes com esse movimento, que está longe de se restringir ao governo Bolsonaro, apesar de compor a sua agenda para a educação. Elas se desdobram dessa nova governamentalidade que promove consensos e enseja mudanças extremas e antidemocráticas em nome da liberdade individual e são empreendidas a partir da rede de organizações liberais no país e do ativismo político regressivo dos próprios indivíduos que a ela vão se agregando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, W.. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Filosófica Politéia, 2019.

CASIMIRO, F. H. C.. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASIMIRO, F. H. C. . Fórum da Liberdade: o grande palco das direitas e do movimento reacionário no Brasil. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos;

MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonarismo e Fascismo: reflexões sobre o Brasil**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, pp. 84–104.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? **European Journal of Public Health**, Vol. 19, No. 1, 2–4, 2009.



FOUCAULT, M.. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FRIDERICHS, L. E.. Instituto Liberal e Instituto de Estudos Empresariais: mentores da nova direita neoliberal brasileira. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonaro e Fascismo**: reflexões sobre o Brasil. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, pp. 214–230.

GOBBI, D.. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. 125p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. 2016.

Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016_DanielGobbiFragadaSilva.pdf Acesso em: 16 de jul 2020.

GRASS, Claudio. A Escola de Frankfurt, o marxismo cultural, e o politicamente correto como ferramenta de controle. 5/5/2016.

<https://www.mises.org.br/article/2401/a-escola-de-frankfurt-o-marxismo-cultural-e-o-politicamente-correto-como-ferramenta-de-controle>

HAYEK, F.A. von. **Os Fundamentos da Liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CB09781107415324.004>, Acesso em 27 abr de 2020.

HAYEK, F. A. von. Freedom, reason, and tradition. **Ethics An International Journal Of Social, Political, And Legal Philosophy**, LXVIII(4), pp. 229–245, 1958.

HAYEK, F. A. von. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2010.

MARTINS, M. F. . Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa**, 4(2), 41–68, 2018. Disponível em:

<https://doi.org/10.22476/revcted.v4i2.364>. Acesso em: 16 de jul de 2020.

MISES, L. Von. **Socialism**: an economic and sociological analysis. New Haven: Yale University Press, 1962.

MISES, L. Von. **Ação Humana**: um tratado de economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/acao-humana.pdf> Acesso em: 05 de mai 2020.

MUELLER, Antony. O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence? 16/10/2018. <https://www.mises.org.br/article/2953/o-marxismo-cultural-e-o-politicamente-correto-contra-o-povo--quem-vence>



OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; BARBOSA, L. M. R.. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Pro-Posições**, 2(83), 193–212, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v28n2/0103-7307-pp-28-2-0193.pdf>. Acesso em: 28 de mai de 2020.

PATSCHIKI, L. . Olavo de Carvalho: uma biografia. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonaroismo e Fascismo**: reflexões sobre o Brasil. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, pp. 231–291.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. pp. 261-278.

ROCHA, C.. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 232 p. Tese (doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/publico/2018_CamilaRocha_VOrig.pdf Acesso em: 19 jun 2019.

ROSA, Pablo Ornelas; ÂNGELO, Vitor Amorim de; MOURÃO, Pedro Jorge Chaves; FERREIRA, C.. Estratégias de constituição de um novo regime de verdade a partir das produções audiovisuais do Brasil Paralelo: uma análise sobre o negacionismo. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonaroismo e Fascismo**: reflexões sobre o Brasil. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, pp. 292–325.

ROTHBARD, M.. **Educação**: livre e obrigatória. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

ROTHBARD, M. N. . **The Ethics of Liberty** (2nd ed.). Press, New York University, 1998. Disponível em: <http://bookzz.org/md5/F54F4E49E74DE23353B91C4515DD6651%5Cnpapers2://publication/uuid/03785F85-E189-4288-B642-E7B6325675E4>. Acesso em: 20 de set 2020.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; PEREIRA, E.. Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação: a serviço da extrema-direita (2016-2020). In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonaroismo e Fascismo**: reflexões sobre o Brasil. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, pp. 326–354.